

## CPI MERENDA

**10ª Reunião da CPI Merenda 14/09/2016 às 09:00 horas no Plenário D. Pedro I.**

**Presidente: Deputado Marcos Zerbini**

<b>Item</b>	<b>Data</b>	<b>Solicitante</b>	<b>OBJETO</b>	<b>Vista</b>
1	09/08/2016	Deputado José Zico Prado e outros	Requerimento nº 105/2016 - Requer perícia técnica ou diligência para apurar a denúncia de merenda (carne) imprópria para o consumo em escola estadual na cidade de Mauá e apresentada em reunião desta CPI. Deverão ser preservadas as condições em que o produto chegou a esta Casa; em embalagem fechada, com fotografias, termos ou autos que se façam necessários. As diligências deverão ocorrer na presença de diretores, servidores e estudantes para averiguar a veracidade de tal questão.	Deputado Barros Munhoz
2	12/08/2016	Deputado Estevam Galvão	Requerimento nº 108/2016 - Requer seja realizada diligência junto à Diretoria de Ensino do Estado com jurisdição no Município de Mauá e em escolas da região, com o objetivo de apurar denúncia de merenda (carne) imprópria para o consumo em escola estadual daquela cidade e verificar se há outros produtos alimentícios impróprios para o consumo em almoxarifado ou sendo oferecidos aos alunos da rede de ensino estadual.	Deputado Barros Munhoz
3	15/08/2016	Deputado Marcos Zerbini	Requerimento nº 109/2016 - Requer a convocação da Diretora da Escola Estadual Professora Marta Teresinha Rosa, na cidade de Mauá, Sra. Rita de Cássia Cardoso, para prestar esclarecimentos quanto ao invólucro de carne apresentado pelo Deputado Alencar Santana a esta CPI, em reunião do dia 09/08/2016, como sendo parte integrante da merenda da referida escola.	Deputado Alencar Santana Braga
4	18/08/2016	Deputados José Zico Prado, Alencar Santana Braga e Luiz Turco (n.º 114) e João Paulo Rillo (n.º 141)	Requerimento nº 114/2016 - Requer a quebra dos sigilos fiscal e bancário do servidor José Merivaldo dos Santos. Requerimento nº 141/2016 - Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal de José Merivaldo dos Santos, vulgo Meriva, no período de janeiro de 2010 a julho de 2016, para obtenção de informações sobre as fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca.	

5	22/08/2016	Deputado Alencar Santana Braga	Requerimento nº 116/2016 - Requer envio de ofício à Secretaria Estadual de Educação, solicitando as seguintes informações: 1) Como é feita a aquisição de carnes bovina/frango para a alimentação escolar? Quem são os fornecedores? 2) Informar os contratos de fornecimento de carne bovina/frango para a alimentação escolar no período compreendido entre 2011-2016. 3) Como se dá o controle e fiscalização do cumprimento do contrato e da qualidade da carne bovina/frango fornecida? 4) Em que local o produto alimentício carne bovina/frango destinado à alimentação escolar é entregue e armazenado? 5) Quais itens adquiridos, detalhando tamanho e outras especificações contidas no edital de licitação e preço de referência; 6) Qual o prazo de vigência do contrato e quais aditivos contratuais foram firmados; 7) Qual o valor global do contrato e por item contratado, assim como os pagamentos realizados e saldo dos contratos; 8) Encaminhar cópias dos contratos e aditamentos firmados de 2011 a 2016, preferencialmente em meio digital; 9) Durante a vigência desses contratos, houve a ocorrência de entrega de carne bovina/frango estragada aos estabelecimentos de ensino? Nessa hipótese, houve determinação para que as mesmas fossem descartadas? Mencionar os casos ocorridos, com data, quantidade e valores correspondentes e ainda se houve apuração de responsabilidade, tanto da empresa que forneceu alimento estragado quanto do servidor público que atestou recebimento de alimento estragado e determinou a distribuição do mesmo aos estabelecimentos de ensino.	Deputado Barros Munhoz
6	22/08/2016	Deputados José Zico Prado, Alencar Santana Braga e Luiz Turco	Requerimento nº 117/2016 - Requer a convocação da Profª Marilene Pinto Ceccon - Dirigente de Ensino da região de Mauá, com o objetivo de apurar denúncia de merenda (carne) imprópria para o consumo em escola estadual daquela cidade e verificar se há outros produtos alimentícios impróprios para o consumo em almoxarifado ou sendo oferecidos aos alunos da rede de ensino estadual.	

Para ciência:

7) Respostas encaminhadas a esta Comissão, entre os dias 27/08 e 09/09/2016, em conformidade com a solicitação contida nos requerimentos n.ºs 95 e 96, pelos seguintes Municípios:

- afirmando a não existência de contrato com a COAF (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar) e com a COAGROSOL (Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis): Barra do Turvo, Buritizal, Cajati, Campo Limpo Paulista, Caraguatatuba, Castilho, Cruzeiro, Descalvado, Dracena, Euclides da Cunha Paulista, Gabriel Monteiro, Guará, Iacri, Iepê, Itapeçerica da Serra, Itirapina, Itirapuã, Jales, Júlio Mesquita, Lençóis Paulista, Limeira, Lupércio, Marília, Mirante do Paranapanema, Mirassolândia, Mongaguá, Osasco, Pariquera-Açu, Paulo de Faria, Penápolis, Pilar do Sul, Pratânia, Presidente Epitácio, Registro, Rubiácea, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São Bento do Sapucaí, São Pedro do Turvo, São Lourenço da Serra, São Sebastião da Gramma, Taguaí, Tuiuti, Ubatuba, Vargem Grande Paulista.

- afirmando que celebrou contrato com a COAF, mas que não ocorreu fornecimento: Artur Nogueira

- afirmando a existência de contratos: Americana (COAF), Assis (COAF e COAGROSOL), Barueri (COAF e COAGROSOL), Bauru (COAF e COAGROSOL), Bocaina (COAGROSOL), Bofete (COAF), Bragança Paulista (COAGROSOL), Mirassol (COAF e COAGROSOL), Monte Alto (COAGROSOL), Novais (COAF), Novo Horizonte (COAF), Paulínia (COAF), Patrocínio Paulista (COAF), Santana de Parnaíba (COAGROSOL), Santo André (COAGROSOL), São Bernardo do Campo (COAF), Sertãozinho (COAF), Tabapuã (COAF) e Valinhos (COAF).